

# “Um livro escondido?”

LIDIANE S. RODRIGUES<sup>1</sup>

“deliciam-me estas obras em que a teoria, porque é como o ar que respiramos, encontra-se em toda parte e em nenhuma [...] na própria estrutura do discurso interpretativo ”

(Pierre Bourdieu, 1996)

**W**OLFGANG Amadeus Mozart apostou alto nos ouvidos vienenses em 1782. E errou. É conhecida a historieta. O imperador José II censura-o, pela ópera *O rapto do serralho*, com a naturalidade de quem pertence ao grupo para o qual é prerrogativa de sua *natureza* o bom gosto em roupas, mobília, música: “Notas demais, meu caro Mozart, notas demais”. O músico talvez o tenha retrucado com a inocência dos que pertencem ao grupo daqueles que só entendem mesmo do que *fazem*: “*quais* o senhor tiraria?”. Não havia resposta. Os ouvidos sentiam apenas que uma exigência estranha havia sido feita e associavam o esforço de acompanhamento à quantidade de notas. Suponho que qualquer leitor dotado de discernimento e familiarizado com a análise de Norbert Elias hesita em decretar, seja excesso, seja escassez no trabalho de seus pares, atemorizado ante a possibilidade de que o tempo o revele na posição do imperador e não na de Mozart (Elias, 1995).

*Mutatis mutandis*, um jovem que depare com a “Introdução” que abre *Nova História em perspectiva*, elaborada por Fernando Antônio Novais e Rogério Forastieri da Silva, sofrerá de algo similar. Ciente de que resenhar é adjudicar, ainda que a cordialidade obrigue escondê-lo, ele se vê diante de duas possíveis atitudes, igualmente frustrantes. Nada dizer a respeito, e se frustrar, posto o esforço que a compreensão das formulações exige; ou dizer algo que denuncie o estado ainda iniciático de seu percurso, risco à espreita. Imperativo então que o pobre aprendiz imagine *um* caminho que o auxilie e viabilize apresentar algumas conexões de sentido implícitas na referida “Introdução”. Começo, então, apresentando-o. Em seguida, passo a um resumo sumário dos argumentos nodais da referida “Introdução”, e, apresento questões suscitadas pela leitura dela.

O texto em questão abre uma antologia de artigos produzidos pela “escola” que ficou conhecida como “Nova História”, dominante no ofício historiográfico desde o último quartel do século passado. A antologia divide-se em três seções: “propostas”, “desdobramentos”, “debates”, distribuídas em dois volumes. Aguarda-se o segundo volume, com plano já apresentado pelos autores, que compreenderá a seção “debates”. A presente reflexão concentra-se na “Introdução”, tentando levar às últimas consequências uma advertência dos

autores: ela não consiste nem em resumo, nem em resenha, tampouco “apresentação” dos textos selecionados – opções contraditórias em geral em coletâneas do gênero – mas pretende apresentar uma perspectiva para a história geral da historiografia, no interior da qual se insira a Nova História (p.61).<sup>1</sup>

### Um caminho para “*the heart of the matter*”

Indiscutivelmente, o Brasil conta hoje com uma área de estudos dedicada à história da historiografia e à teoria da história e da historiografia. O marco decerto é a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, porém é possível asseverar que essa cristalização institucional é resultado de demandas no interior dos estudos históricos, de adensamento no interesse em se estudar a história da própria disciplina (cf. SBTHH, s. d.). O estabelecimento e o crescimento dessa área, atestados em encontros especializados e em volumosas publicações, são indícios de uma maturidade da produção historiográfica entre nós.

Constatá-lo implica começar pelo óbvio. Podemos, hoje, iniciar o aprendizado do *métier* com *pesquisas de história da historiografia e teoria da história* e há pouquíssimos decênios era outro o leque de possibilidades. Tivéssemos a sina de nos formarmos em tempos mais remotos, como os autores da referida “Introdução”, e nossos *estudos de história da historiografia e teoria da história* consistiriam numa *fase* de nossas pesquisas. *Grosso modo* e hipoteticamente: devorariamos a bibliografia a respeito de nosso assunto, tentaríamos esgotá-la, *pari passu* a seleção de fontes, a elaboração de um balanço bibliográfico (a fim de estabelecer o “estado da arte”), a adoção de uma filiação interpretativa que envolveria também apreço e rechaço de correntes teóricas e metodológicas. Dito de outro modo, na trajetória deles, a sistematização dos problemas de teoria e método ligados à história da historiografia ocorre como “exame de consciência” – reflexão a respeito do que fizeram. Quase o inverso é o que ocorre hodiernamente: pensa-se, em geral, não sobre o que se fez, mas sobre o que outros fizeram. Não seria demasiado recuperar, nesse sentido específico, o diagnóstico de Carlo Ginzburg (2002, p.14): “raramente a distância entre a reflexão metodológica e a prática historiográfica foi tão grande quanto nos últimos decênios”.

Assinalo a diferença – que penso envolver problemas cujo trato adequado ultrapassa os limites da resenha – pois proponho a leitura da “Introdução” em tela não à luz da taxonomia disciplinar atual. Eu gostaria de evitar tal anacronismo. É verdade que Rogério Forastieri, o autor mais jovem, dedicou suas pesquisas desde sempre à história da historiografia.<sup>2</sup> Passou, porém, anteriormente, pelo curso de Ciências Sociais da USP, onde, diga-se de passagem, ouviu o canto da musa Clio nas aulas de Fernando Novais – seu futuro orientador e mestre. Ademais, esse historiador elaborou suas concepções primevas a respeito de historiografia e teoria, envolvido, até o último fio de cabelo, em sua *pesquisa bibliográfica e documental, sobre a política econômica portuguesa no final do século XVIII*.<sup>3</sup> Não bastasse isso, era sob a batuta da modalidade de trabalho defendida

por Eduardo D’Oliveira França – impossível de ser alcançada com a minguada dose de reflexão teórica e metodológica ofertada pela grade curricular de início dos anos 1950 no curso de Geografia e História – que o jovem Fernando foi instado a transitar entre seus vizinhos filósofos, economistas, sociólogos, antropólogos.<sup>4</sup>

Eis *um* caminho que leva de modo certo ao coração da matéria. Nada casual que a formulação mais central consista no estabelecimento da definição de historiografia tradicional e historiografia moderna: a primeira *não* dialoga com as ciências sociais e a segunda é obrigada a fazê-lo. Distante de estabelecer com tal “ponto de inflexão” uma ruptura absoluta, sempre chamando a atenção para as implicações da herança não moderna da modernidade na pós-modernidade, essa é a perspectiva adotada para a elaboração de uma de narrativa disciplinar (“História geral da historiografia”) que dá suporte à localização, por um lado, da Nova História, e, por outro, do marxismo: vale atentar – aquela, posterior no tempo, à formação dos autores; este, concomitante.

A “Introdução” pode ser dividida em três partes, que consistem, de modo sumário, no seguinte: a primeira apresenta a diferença aludida (tradicional / moderna) e delimita uma narrativa disciplinar como tendo essa divisa por eixo. A segunda enquadra a Nova História e a terceira geração dos *Annales*, assinalando sua dimensão *moderna*, por dialogar com as ciências sociais (especialmente a antropologia), e *não moderna*, pois, em detrimento dos conceitos, preferir descrições e narrativas evita a conceitualização e rechaça o marxismo. Por conta dessa rejeição, tratar do marxismo é o propósito da terceira parte (Novais; Silva, 2011, p.43), na qual apresentam o “protótipo” caricatural dessa linhagem teórica com o qual a Nova História dialogou, procurando demarcar a distância dos autores, tanto dele quanto dela. Cada seção está repleta de alusões uma à outra, lembrando mesmo um modo espiralado de argumentar – desviar do foco, fazer voltejo, retomar o eixo vertical, em patamar superior – num movimento que pode deixar incautos, cambaleantes.<sup>5</sup>

a terceira fase dos *Annales* pode ser vista tanto como desdobramento quanto como ruptura, relativamente aos princípios da Escola. Esta significou, na história geral da historiografia, o momento em que o diálogo com as ciências humanas se *institucionaliza*, ou seja, passa a ser inerente ao ofício de historiador. Nessa primeira fase, como vimos, o diálogo foi mais generalizado, com pequeno predomínio da sociologia; na segunda, predomina a interlocução com a economia; e na terceira, com a antropologia. Nesse sentido pode-se falar em continuidade, desdobramento. Mas, ao mesmo tempo, na terceira fase há, por assim dizer, uma diminuição do diálogo, ligada, como vimos, a uma tendência à desconceitualização, que aliás é geral nas ciências (a crise dos paradigmas); no caso da história, essa tendência, como vimos, é mais acentuada: por isso, na realidade, a Nova História dialoga mais com a etnografia do que com a antropologia. [...] a desconceitualização [da Nova História] leva à pulverização dos temas (história “em migalhas”), enquanto o princí-

pio escolástico preconizava a “história total” [...] [ou seja] tratar simultaneamente de todas as esferas da existência. Todavia [...] a tendência do discurso historiográfico em acentuar a reconstituição do acontecimento implica ser a história sempre tendencialmente total, pois nenhum acontecimento pertence exclusivamente a uma única esfera da existência, envolvendo sempre todas elas; afinal o singular é sempre total. (Novais; Silva, 2011, p.40)

### Um corolário

A centralidade que possui, nessa definição de historiografia moderna, o diálogo com as Ciências Sociais impõe a elaboração das condições de possibilidade desse mesmo diálogo. É preciso apresentá-las tal como os historiadores as formulam, pois, salvo melhor juízo, *a maneira* como as concebem não se encontra *ipsis litteris* na bibliografia especializada no assunto. Essa é acionada para dar suporte ao esquema, abaixo sumarizado, que é *autoral* e pressupõe, mantendo zelosamente implícita, uma *afinidade eletiva* na concepção que esposam tanto do *métier d'historien* e quanto do *marxismo*.

Diferentemente da história, caracterizam-se (as ciências sociais) pela recenticidade. Mas, também como a história, *não só* pela recenticidade. [...] As ciências sociais emergem, no curso da Modernidade ocidental, em determinados momentos em que se *consolidam processos histórico-sociais que implicam necessidade de explicação racional de certas esferas da existência*. Assim, pode-se legitimamente asseverar que a Revolução industrial – considerada aqui como ponto final do longo processo de *formação* do capitalismo – trouxe à baila a necessidade de explicação racional daquela esfera da existência (a econômica); e essa transformação estrutural, a consolidação do capitalismo moderno, deu lugar à gestação da economia política. Assim, igualmente, a emergência da sociedade urbano-industrial como forma dominante, no fim do século XIX e início do século XX, como que exigia uma explicação racional para essa nova sociabilidade, o que levou à gestação da sociologia. E assim por diante, sempre. As ciências sociais emergentes recortam, pois, esferas da existência – econômica, social, política, cultural – para poder conceituar sobre seu objeto, isto é, para poder dominá-lo racionalmente. [...] Quanto mais rigoroso o recorte do objeto, mais precisa a conceitualização, e finalmente mais eficaz sua aplicação. Efetivamente, há uma relação intrínseca entre cientificidade e a respectiva capacidade de intervenção no real: das ciências exatas para as humanas já existe um diferencial. [...] A história é a mais antiga, mas a menos científica, e essas duas características estão umbilicalmente ligadas. Responde, a história, a demandas mais gerais e persistentes que as específicas e modernas a que se ligam as ciências sociais e humanas. O seu campo de indagação – o seu objeto envolve *todas as esferas da existência, e sua função última é a gênese da memória coletiva*. (ibidem, p. 22)

Há diferenças nodais entre o diálogo da sociologia, economia, antropologia, politicologia, etc., entre si, e o de cada uma delas com a história. Pois, no primeiro caso, dialogam entre si diferentes esferas da existência, e no segundo cada esfera da existência dialoga com o conjunto delas. Num caso, as partes dialogam entre si, no noutro cada parte dialoga com o todo. É claro que se

poderá obter-se que também o historiador, ao recortar seu objeto (o tal fragmento da infinitude, acima referido), situa-se dentro de uma esfera da existência particular; tanto assim que se pode fazer (e se faz) história econômica, social, política, cultural, etc. Mas, *não*; a diferença, a nosso ver, persiste, e é essencial. (ibidem, p.26)

Atente-se para a conexão que estamos tentando estabelecer: na perspectiva que estamos *recusando*, as tensões se diluem, dizem alguns, porque a história também recorta esferas da existência (história econômica, social, política, cultural), empregando os conceitos respectivos, hauridos nas ciências sociais correspondentes. Mas, *não*, redarguimos, e por dois motivos. Em primeiro lugar, porque os historiadores usam os conceitos, historicizando-os; e, em segundo lugar, porque o seu objetivo fundamental é *sempre* a reconstituição, isto é, o *historiador explica para reconstituir, enquanto o cientista reconstitui para explicar*. Como já dissemos (temos que insistir), para o historiador, a conceituação é o *meio* e a reconstituição o fim; para o cientista, a conceituação (a explicação) é o fim, a reconstituição é o meio. E os *factos* – isto é, objeto da análise – nunca pertencem exclusivamente a uma única esfera da existência, mas envolvem *sempre* todas as esferas. (ibidem, p.28)

Tentemos, ainda, avançar na análise da posição do marxismo no interior do diálogo história-ciências sociais [...] Marx parte axiomáticamente do pressuposto contrário: todo seu imenso esforço visa *conceituar todas as esferas da existência*, para elaborar *uma* teoria da História. *Note-se que esses pressupostos, implícitos no processo, não foram claramente explicitados em nenhum dos lados do movimento de ideias, isto é, nem no plano da história da historiografia e tampouco no da formulação do materialismo histórico. Os forjadores das ciências sociais tinham como objetivo construir um discurso científico que desse conta de certas esferas de existência entranhadas no devir dos acontecimentos; não pretendiam, portanto, reescrever a História.* (ibidem, p.47)

considerando o materialismo histórico essencialmente uma teoria da História, entendida como teorização simultânea das esferas da existência, dois conceitos emergem como fundamentais, isto é, fundantes dessa visão do mundo: os conceitos de modo de produção e luta de classes. Todo o arsenal de categorias analíticas para compreender o funcionamento da economia capitalista, ou para explicar o jogo e forças entre as classes nos embates ideológicos para conquista do poder no mundo da burguesa – que sem dúvida são importantíssimos – circunscreve-se à análise deste específico modo de produção, não tendo a mesma transcendência daquelas duas categorias preliminares para a abordagem do fluxo permanente do processo histórico. (ibidem, p.51)

Atente-se à afinidade eletiva em operação na concepção de historiografia e de marxismo, pois aproximam-se no mesmo movimento em que tomam distância das Ciências Sociais: ocupam-se de “todas as esferas”, e a historiografia pretende reconstituí-las todas, e o marxismo, ser uma teorização de todas, simultaneamente. Em contrapartida, as ciências sociais, para *explicar* (o que a aproximaria do marxismo), precisam *fracionar* esferas (o que as distancia tanto do marxismo como da historiografia). Contudo, diferentemente do diálogo his-

tória-ciências sociais – que se dá no plano disciplinar – seria o caso de assinalar, para se extrair as consequências disso: o marxismo não é uma disciplina, porém uma corrente teórica e metodológica que, sob determinadas condições, *pode* ser adotada ou refutada pelas disciplinas. Aliás, “o” marxismo?

Com efeito, brincando com a *lógica da interpretação a respeito das condições do diálogo interdisciplinar*, poderíamos dispor numerosas associações. Abundariam “exemplos” e “casos paradigmáticos” – seja para confirmar as ideias incensando os autores, seja para decretar os equívocos, detratando-os. De modo alternativo, proponho flagrar algumas tensões no esquema, voltando a sugestão dos autores a eles próprios: “seria muito mais gratificante o estudo de um cronista do que de um historiador moderno: daquele podemos nos esforçar por discernir e explicitar a visão subjacente ao seu discurso; deste, quando muito, questionar suas explicações” (Novais; Silva, 2011, p.24). Com efeito, talvez haja mais graça na busca, ao feito pascaliano, dessa “visão subjacente”?

### **Tensões, pulsões**

Indago se os leitores da “Introdução” se inquietaram com as dezesseis vezes em que os autores “insistem” ou “reiteram tantas vezes quantas forem necessárias” uma ideia. Na *solidão dos espaços infinitos* os autores parecem estar à espera de alguém disposto a compreendê-los. Pudera. É de supor que seus interlocutores na Nova História (mais jovens) – central na reflexão – não compartilhem do repertório bibliográfico ligado ao marxismo que eles estão mobilizando a todo tempo e, *sobretudo, quando não parecem estar*, posto que “subjacente ao discurso”.

São numerosas as *tensões* da mesma ordem.

Há cinco passagens em que os autores advertem enfaticamente que os problemas de que tratam não podem ser subsumidos em discussão sobre “abran-gência e prestígio”, pois a discussão derrapa se encaminhada por aí. Quase se escuta, nesta autodefesa, a resposta ao sussurro amigo de um sociólogo – “esse papo de que a totalidade é patrimônio historiográfico é lero”. Talvez esse advogado do diabo não tenha entregado o ouro para o bandido, nem terminado o raciocínio, pois cada qual a seu modo, todo cientista social ambicionou elaborar uma noção de “totalidade”. De “fato social total” (Mauss) à “teoria das esferas de valor” (Weber) como não reconhecer isso? Outrossim, o culto à musa Clio é indisfarçável, compreensível mesmo. Eles “insistem”: “juízo de valor, a nosso ver, é exatamente o que vicia e descaminha o diálogo, para nós fundamental, conturba as relações, mistura os planos, anula avanços no conhecimento” ((Novais; Silva, 2011, p.26). Desconheço quem não se coloque de acordo. Entrementes, desconheço também quem, ao se sentir vexado e estar de acordo com tal assertiva, não se retire simplesmente do debate e se dirija a outros afazeres. Ora, se não se trata de “juízo”, senão “constatações”, por que fazer da Economia saco de pancadas que se presta, na arquitetura argumento, a realçar a beleza da História? Seria o caso de se indagar se os economistas, digamos os demiurgos

dos planos de estabilização inflacionária nos anos 1980, consideravam a prática de sua disciplina “monótona” (ibidem, p.29), como afirmam.

O coração da matéria pulsa no diálogo com as Ciências Sociais. Asseveram os autores que tal diálogo não se encontra “apenas” em “polêmicas, congressos, simpósios”. Ele está “implícito na produção historiográfica” (ibidem, p.9). Disso se sai plenamente convencido, porém, porque também eles parecem manter, ciosamente, implícito tal diálogo. Há pelo menos oito passagens como: “nossa postura contraria a *tendência* dominante”, “*não estamos* negando que essas dimensões”, “a *crítica* não foi além da acusação de economicismo” (ibidem, p.44, grifos nossos). A todo tempo são dadas pistas de “interlocutores implícitos” orientando os argumentos dos historiadores: qual livro ou autor consiste na “tendência dominante”, a quem respondem ao afirmar “não negamos”, qual a “crítica” que lhes apanha de tal modo a merecer resposta?

Na chave de leitura proposta – *voltar aos autores sugestões deles próprios* –, a “Introdução”, incontornavelmente, conduz à pergunta basilar: já que esta análise, segundo seus termos, consiste em “historiografia moderna”, qual o conjunto dos cientistas sociais que dá suporte a essa “história geral da historiografia”? Essa narrativa disciplinar tem numerosos “discursos subjacentes” e está longe de ser “consensual na história das ciências”. É preciso expor seus possíveis pressupostos.<sup>6</sup>

### **Pressuposto(s), s.e.**

Sendo a história mais antiga que as modernas Ciências Sociais, pode-se afirmar que, diferentemente dessas, ela se liga a demandas que não se atrelam à emergência da sociedade de classes. A história corresponde à “necessidade de criação da memória social” (ibidem, p.15). Adotando a linha dos que afirmam ser “essencial a diferença entre a narrativa *mítica* e a narrativa *histórica*, pois aquela independe do tempo, enquanto esta se ancora na temporalidade”, asseveram os historiadores que “a constituição da memória social é uma dimensão inseparável do processo de humanização do primata, donde o caráter social da memória”; porém, nem todas as sociedades dão origem ao discurso histórico, por prescindirem da “memória histórica (narrativa do acontecimento) para a instituição da memória social”, sendo a “mitologia, isto é, o conjunto dos seus mitos, que preenche a função de constituir a memória social” (ibidem, p.16). Pensando bem, a não ser que discutamos por etiquetas, e, a não ser que se trate de demandas da “natureza humana” (o que é recusado *ipsis litteris*, ibidem, p.16), a proposta não está muito distante do que Hartog (2006) tem chamado de regimes de historicidade. Diálogo implícito, circulação das ideias? Ou teriam os autores outra fonte para sua sensibilidade antropológica? Inesperado, surpreendente, sobretudo pela tensão entrevista no trato dispensado às relações da Nova História com a Antropologia e com o marxismo, este não é o único “momento antropológico” da “Introdução”.

O diálogo com o marxismo marcou indelevelmente a formação dos autores e uma das polêmicas mais profícuas, que chegou ao auge em meados dos

anos 1970 – e cara, particularmente a Fernando Novais –, diz respeito ao conceito de modo de produção. Afirmam eles: “modo de produção *não* é sinônimo de sistema econômico [...] [nós o entendemos] como *critério de periodização* da História, e, portanto como *forma* de articulação das várias (de todas) esferas da existência” (ibidem, p.51). É possível ler-se a perspectiva com (re)tomada de posição naquele acirrado debate. Mas é preciso também indagar a linhagem específica *no interior da tradição marxista* na qual implicitamente ela está ancorada.

O jovem Fernando Novais, contando seus trinta anos, leu com seu grupo de amigos, no “Seminário Marx”, *História e consciência de classe* (doravante HCC), do húngaro Georg Lukács, na então recente tradução para o francês.<sup>7</sup> Decerto não imaginava que a ousadia de mobilizar tal aporte teórico ao esquema explicativo de sua pesquisa lhe renderia trincheiras aguerridas no futuro. E talvez não se desse conta de que tal livro seria *incorporado* de modo tão orgânico que passaria a fazer parte de seu raciocínio em múltiplos domínios. Imaginemos esse jovem, no clima efervescente do Seminário Marx, lendo a seguinte passagem desse livro:

[...] não é nenhum acaso que exatamente a ordem social capitalista tenha se tornado o solo clássico de aplicação do materialismo histórico. Se considerarmos agora o materialismo histórico como método científico, evidentemente ele também poderá ser aplicado a épocas anteriores ao capitalismo. Isso já foi feito, e com certo sucesso [...]. Se, porém, aplicarmos o materialismo histórico às épocas pré-capitalistas, notaremos uma dificuldade metodológica essencial e importante. (HCC, p.428)

não era pois, uma falha aplicar de maneira rígida e incondicional o materialismo em sua forma clássica à história do século XIX, visto que na história desse século todas as forças que atuaram sobre a sociedade agiram, de fato, apenas como formas de manifestação do “espírito objetivo”. Nas sociedades pré-capitalistas, isso não ocorre inteiramente desse modo. Nelas, a vida econômica não se colocava como objetivo, não se fechava em si mesma, não era senhora de si própria nem apresentava aquela independência e aquela imanência que foram alcançadas na sociedade capitalista. Disso resulta que o materialismo histórico não pode ser aplicado às formações sociais pré-capitalistas integralmente do modo como o foi às formações sociais do desenvolvimento capitalista. (HCC, p.438)

Quem diria? Ninguém menos que o antropólogo Marshall Sahlins, passando por essas mesmas páginas, extraiu uma conclusão que auxilia a entender o marxismo e o momento antropológico para o qual chamo atenção. Segundo ele: “Lukács acaba dizendo que o materialismo histórico efetivamente torna possível uma antropologia”, pois está advertindo a respeito da “identificação ingênua do passado com a estrutura presente”. E, não satisfeito, inverte o sinal, e propõe: “(a questão não é mais) saber se a cultura tribal não é também materialisticamente determinada, mas se a sociedade burguesa também não é uma cultura” (Sahlins, 1976, p.30). É da mesma ordem – decorrente da adoção do modo de produção capitalista como critério de periodização histórica, e portan-

to, de *limitação* da validade das categorias analíticas do marxismo – a assertiva algo impactante e recorrente na reflexão dos autores: “se Marx tivesse escrito a *O capital* da Idade Média, o livro se chamaria *Das feudum. Crítica da Suma Teológica*” (Novais, 2005, p.363). Trata-se de elaborar a “crítica da Economia Política”, pois é ela a disciplina que corresponde *no plano da ciência* ao “fato social total” da sociedade burguesa.

*História e consciência de classe* é central, tanto na elaboração da tese de Fernando Novais e em suas tomadas de posição na discussão marxista quanto na perspectiva adotada na “Introdução” a respeito da tarefa epistemológica reservada à historiografia.<sup>8</sup> O trecho a seguir atesta-o de modo cristalina:

O caráter enganoso de tal método reside no fato de que o próprio desenvolvimento do capitalismo tende a produzir uma estrutura da sociedade que vai ao encontro dessas opiniões. No entanto, é justamente nesse sentido e por ele que precisamos do método dialético para não sucumbirmos à ilusão social assim produzida e podermos entrever a essência por trás dessa ilusão. Com efeito, os fatos “puros” das ciências naturais surgem da seguinte maneira: um fenômeno da vida é transportado, realmente ou em pensamento para um contexto que permite estudar as leis às quais ele obedece sem a intervenção perturbadora de outros fenômenos. Esse processo é reforçado pelo fato de que os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão em número e em relações de números. Os oportunistas jamais se dão conta de que faz parte da essência do capitalismo produzir os fenômenos dessa maneira. [...] O caráter fetichista da forma econômica, a reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão do trabalho, que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção, sem se preocupar com as possibilidades e capacidades humanas dos produtores imediatos, transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua percepção. Surgem fatos isolados, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico. [...] em oposição a esses fatos e sistemas parciais isolados e isolantes, a dialética, além de insistir na unidade concreta do todo e desmascarar essa ilusão enquanto ilusão, produzida necessariamente pelo capitalismo, atua como simples construção. (HCC, p.72-73).

Somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa *totalidade*, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da *realidade*. Esse conhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) [...] para alcançar o conhecimento da totalidade concreta... (HCC, p.76)

O leitor sagaz terá percebido: a totalidade, cujo acesso os historiadores reservam à historiografia e entendem ser inacessível às demais ciências modernas, não é qualquer totalidade, mas a *noção lukacsiana de totalidade*. Eis a fonte daquela afinidade eletiva aproximando marxismo – de inspiração em Georg Lukács – e historiografia, tal como entendem sua tarefa: superar a reificação da

sociedade burguesa que encontra na atomização das esferas transmutadas em ciências particulares, uma de suas manifestações. Eis o “marxismo pascaliano”: se Pascal aposta em Deus como Marx no proletariado, diria que Fernando e Rogerio apostam em Clio.<sup>9</sup>

## Notas

- 1 Diga-se de passagem, pareceu-me ser esse o apelo polido dos autores, no lançamento do livro, no encontro nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) em julho de 2011: “se não fosse cabotino, pediríamos a todos que lessem a ‘Introdução’, a coletânea e voltassem a ler a ‘Introdução’, mas como isso seria muito indelicado, não faremos tal pedido”.
- 2 Sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado foram publicadas em livro: Silva (1997; 2001).
- 3 Cf. Novais (s. d., fl.137-141). Nesse precioso documento, redigido em 1966, após viagem a Europa, lê-se: “dada a natureza do assunto – política colonial portuguesa relativa ao Brasil no fim do século XVIII e início do século XIX” – há “implicações muito amplas em várias esferas da realidade histórica, seríamos levados a utilizar conceitos e discutir esquemas interpretativos elaborados nos vários ramos das ciências humanas”. Mobilizo, parcialmente, para a elaboração do que segue, algumas *informações* que tive oportunidade de colher na minha pesquisa de doutoramento (Cf. Rodrigues, 2012). Sublinho “informações” para demarcar a distância deste exercício em relação aos esquemas analíticos que manejei nesta tese, para analisar o grupo de estudos interdisciplinar, o “Seminário Marx”, de que Fernando Novais fez parte.
- 4 Desse modo, dispense-me de assinalar o que já foi observado por outros resenhistas. O deslocamento da “Introdução” com relação à agenda da área institucionalizada e a centralidade da tradição francesa, na seleção de textos e na argumentação foram assinalados por Jurandir Malerba (2013). Dispense-me também de colocar-me em acordo ou desacordo com a perspectiva dos dois historiadores – como já foi feito por Manolo Florentino (2011).
- 5 Os trechos correspondem, respectivamente, aos seguintes intervalos: (p.7-35), (p.36-43), (p.44-61).
- 6 Alusão ao título de Roberto Schwarz (1979): “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. O título da seção alude ao livro de Lucien Goldman (1959).
- 7 Georg Lukács (1960). Esta foi a edição lida pelo grupo. Por este ser um texto de divulgação, os trechos são retirados da tradução brasileira: *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista* (Luckács, 2003).
- 8 É possível sugerir a validade da diferença assinalada anteriormente – sobre o modo como hoje nos aproximamos da história da historiografia e o modo como isso se passava antes – também para o marxismo. É preciso lembrar que há pouco tempo não havia “especialistas” em Karl Marx ou autores marxistas e que a leitura acadêmica desses autores atrelava-se a problemas de pesquisa dando ensejo a elaborações de ordem epistemológica no interior das disciplinas dos que se aventuravam por aí.
- 9 O inventário dos pressupostos não foi apresentado de modo completo – o que excederia os limites deste texto. Entretanto, vale sugerir que o leitor weberiano fica contrariado por encontrar Max citado apenas duas vezes – se a contagem não tiver fraquejado,

em algum momento. É notável, afinal, centralidade da ideia de “esferas de valor” no estabelecimento dos nexos entre História (com a missão da “totalidade”) e Ciências Sociais (com o dever de “regionalizar”). Por outro lado, seria o caso de pensar demoradamente se o tom weberiano de algumas passagens seria devedor da leitura do clássico “*Considération intermédiaire: théorie des degrés et des orientations du refus religieux du monde*” (Weber, 1996) – no qual o sociólogo formulou a respeito desse ponto; ou se Weber é um amigo de Lukács que veio para a festa. Afinal, *História e consciência de classe* se apropria justamente da formulação a respeito das esferas de valor autonomizadas, retendo a dimensão crítica dessa ideia para defender um método (e uma prática política) capaz de ultrapassar a tragédia que ela descreve. Um trecho ilustrativo: “não é nenhum acaso que a economia política, como ciência autônoma, tenha surgido somente na sociedade capitalista. Pois esta, graças à sua organização econômica de mercadorias e troca, conferiu à vida econômica uma particularidade notável por sua autonomia, sua coesão e sua obediência a leis imanentes o que nenhuma sociedade anterior chegara a conhecer” (ibidem, p.427).

## Referências

- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- ELIAS, N. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Org. Michael Schöter. Trad. Sergio Goes de Paula. Rev. téc. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- FLORENTINO, M. História, sentido e totalidade. *Novos Estudos Cebrap*, v.91, 2011.
- GINZBURG, C. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GOLDMAN, L. *Le Dieu caché, étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1959.
- HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- LUKÁCS, G. *Histoire et conscience de classe*. Essais de dialectique marxiste. Paris: Minit, 1960.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MALERBA, J. A velha nova história. *História da Historiografia*, n.11, abril 2013.
- NOVAIS, F. A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- \_\_\_\_\_. Relatório de atividades de pesquisa à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral. São Paulo, Reitoria da USP. Processo 7706/57. s. d.
- NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. Introdução. In: *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SBTHH. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Carta de Mariana. s. d. Disponível em: <[http://www.sbthh.ufop.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=532](http://www.sbthh.ufop.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=532)>.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: VV.AA. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, R. F. *Colônia e nativismo*. A história como “biografia da nação”. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *História da historiografia*. Capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: Edusc, 2001.

WEBER, M. Considération intermédiaire: théorie des degrés et des orientations du refus religieux du monde. In: GROSSEIN, J.-P. (Org.) *Sociologie des religions*. Paris: Gallimard, 1996.

*Lidiane S. Rodrigues* é doutora em História Social. Pós-doutoranda em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.  
@ – lidianesrgues@gmail.com

Recebido em 24.07.2013 e aceito em 10.12.2013.

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.